

LITERATURA DE TESTEMUNHO À BRASILEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DA AMAZÔNIA

BRAZILIAN TESTIMONY LITERATURE: REFLECTIONS FROM THE AMAZON

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Resumo: O presente artigo traz um estudo ancorado na Literatura de Testemunho, tendo como objeto obras escritas por guerrilheiros sobreviventes da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O objetivo principal do texto é examinar as obras *Diário do Araguaia* (Wisnesky, 2019) e *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro* (Costa, 2018) à luz do aporte teórico da Literatura do Testemunho à brasileira. Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de um trabalho qualitativo a partir de uma revisão bibliográfica aplicada ao corpus da obra, igualmente procuraremos realizar uma reconstituição histórica do período a fim de dar o lastro ao estudo. Como resultado de pesquisa, constatamos que a produção bibliográfica analisada procura reconstruir a memória dos autores, demonstrando uma escrita potente como ato de resistência e na busca pela verdade com vista a denunciar as violências praticadas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Literatura de Testemunho; Literatura brasileira; Ditadura civil-militar brasileira; Militância Política; Engajamento.

Abstract: This article presents a study grounded in Testimonial Literature, focusing on works written by guerrillas who survived the Araguaia Guerrilla War (1972-1975) during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The main objective of the text is to examine the works *Diário do Araguaia* (Wisnesky, 2019) and *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro* (Costa, 2018) in light of the theoretical contribution of Brazilian Testimonial Literature. Methodologically, this will be a qualitative study based on a bibliographic review applied to the corpus of the works. We will also attempt to reconstruct the historical period to provide a foundation for the study. As a result of the research, we found that the analyzed bibliographic production seeks to reconstruct the authors' memories, demonstrating powerful writing as an act of resistance and in the pursuit of truth, aiming to denounce the violence perpetrated by the Brazilian State.

Keywords: Testimonial Literature; Brazilian literature; Brazilian Civil-Military Dictatorship; Political Activism; Engagement.

Submetido em 13/12/2025

Aprovado em 26/02/2026

¹ Prof. Dr. em Ciências Políticas e pós-doutor em literatura, docente da UFNT e professor permanente do PPFLIT/UFNT e do PPGEPE/UFMA. Lattes <<http://lattes.cnpq.br/2127722292747646>>, Orcid <<https://orcid.org/0000-0002-6011-9527>>, e-mail: cesarpolitika@gmail.com

Introdução

O presente artigo possui como objeto de estudo a Literatura de Testemunho produzido no Brasil a partir dos anos 1970, enfocando os dramas vivenciados pelos seus personagens na região da Amazônia durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Para tanto, possuímos como aporte os livros 1) *Diário do Araguaia*, de autoria de João Carlos Wisnesky (2019); e, 2) *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro*, de Dagoberto Alves das Costa (2018). As duas obras são trabalhadas a partir do olhar de ex-guerrilheiros que sobreviveram a experiência da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), descortinando os traumas vividos nas páginas dos livros perfilados.

A Guerrilha do Araguaia constituiu um episódio político-militar ocorrido no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), desenvolvido na região do Bico do Papagaio, área que compreende o norte do atual estado do Tocantins, o sudeste do Pará e o sudoeste do Maranhão. Nesse espaço de fronteira amazônica, marcado por conflitos fundiários e limitada presença estatal, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizaram, no início da década de 1970, um foco de luta armada inspirado na estratégia da guerra popular prolongada, com o objetivo de enfrentar o regime autoritário.

A iniciativa, contudo, foi desarticulada por sucessivas operações militares das Forças Armadas, que resultaram na prisão, execução e desaparecimento de diversos combatentes, além de práticas sistemáticas de violência contra populações locais. Desse processo emergiu uma das expressões mais graves da repressão política no período: a institucionalização do desaparecimento forçado como prática de Estado.

Entre os militantes que participaram da guerrilha, poucos foram os sobreviventes que se dispuseram a relatar publicamente suas experiências, e ainda mais raros aqueles que conseguiram transformá-las em obra escrita. Tal silêncio está diretamente relacionado aos traumas decorrentes das prisões, torturas e perdas vivenciadas durante e após a repressão militar. Nesse contexto, a literatura assume um papel relevante ao possibilitar a elaboração narrativa dessas experiências, contribuindo para iluminar lacunas da memória histórica e dar forma simbólica a vivências marcadas pela violência e pelo trauma. A fim de dar conta desse manancial de discussões travadas, mobilizaremos o artigo, primeiramente, a partir da perspectiva da Literatura de Testemunho segundo a abordagem de Salgueiro (2012):

Há, em suma, inúmeras modalidades de testemunho, seja em relação a situações, eventos, períodos (Shoah, Gulag, genocídios, guerras, ditaduras, tortura, miséria, opressão etc.), seja em relação a formas de expressão do testemunho (memória, romance, filme, depoimento, poema, quadrinhos, canções etc.). Sendo “Gulag” um acróstico do russo Glavnoie Upravlenie Lagerei (Direção Geral dos Campos), nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que implica alguma positividade, de sacrifício para Deus (Salgueiro, 2012, p. 286).

Ainda, conforme descrição de Salgueiro (2012, p. 291-292), enfatizamos que a Literatura de Testemunho pode comportar as seguintes caracterizações: 1) registro em primeira pessoa; 2) um compromisso com a sinceridade do relato; 3) desejo de justiça; 4) vontade de resistência; 5) abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético; 6) apresentação de um evento coletivo; 7) presença do trauma; 9) rancor e ressentimento; 9) vínculo estreito com a história; 10) sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofrida; 11) sentimento de culpa por ter sobrevivido; e, 12) impossibilidade de reapresentação do vivido/sofrido. Tais apontamentos serão de fundamental importância para a compreensão da escrita dos autores, de modo demarcar a análise do corpus da obra e evidenciar aspectos sinalizadores em consonância com as discussões teóricas.

A fim de trabalharmos com esses diálogos, nosso artigo possui como objetivo principal examinar as obras *Diário do Araguaia* (Wisnesky, 2019) e *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro* (Costa, 2018), por conseguinte, buscando aprofundamentos teóricos e discutindo *pari passu* com o conceito de Literatura de Testemunho à brasileira. Com o fito de refinar nosso texto, trabalharemos nos seguintes percursos: 1) Discussões teóricas emanadas das imbricações entre história e as definições extraídas acerca da Literatura de Testemunho à brasileira, de modo a dar lastro para o exame dos livros; 2) delimitação da produção bibliográfica no universo espacial da Guerrilha do Araguaia a partir do escopo do testemunho e da análise do corpus das obras perfilada; e, 3) finalizando com a memória militante dos personagens após o processo de desengajamento político e do retorno de suas vidas para a legalidade, com vista a refinar o estudo da teoria do testemunho.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada em revisão bibliográfica e na reconstituição histórica do período. A investigação mobiliza, ainda, uma abordagem crítico-analítica voltada ao diálogo com a Literatura de

Testemunho à brasileira, bem como com os estudos da memória, compreendidos como aportes teóricos centrais para a análise das narrativas que dão visibilidade às experiências de resistência política e aos processos de elaboração do trauma inscritos nos relatos produzidos pelos sobreviventes.

1. Literatura de Testemunho à brasileira: diálogos e reflexões para além do cânone

Ao trabalharmos com Literatura de Testemunho, primeiramente, devemos ter em tela o processo formativo da sua gênese. Para efeitos teóricos, delimitamos como um gênero² emanado dos momentos mais adversos da história, sobretudo como reflexos dos grandes eventos abruptos que abalaram o século XX. Segundo o historiador Eric Hobsbawm (2008), o século XX também fora denominado como a *Era dos Extremos*, precisamente pela série de eventos traumáticos, guerras, revoluções e outra série de convulsões sociais que definiram as contradições entremeadas no “*Breve Século*”, que segundo o autor vai de 1914, quando eclode a I Guerra Mundial, até o ano de 1991, com a erosão do aparato socialista e o fim da União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS).

Torna-se importante essa demarcação histórica, pois a partir do advento da I Guerra Mundial é gestada um dos primeiros livros que inicia a origem ao aporte do Testemunho na seara da literatura, a partir da lavra de Jean Cru (1929) com o livro *Témoins*, que aborda as memórias de um militar sobrevivente no palco da Guerra. Contudo, a produção do testemunho somente ganha projeção, de fato, com a avalanche testemunhal pós-II Guerra Mundial, pontualmente por meio dos livros dos sobreviventes dos Campos de Concentração, transformando numa farta cultura bibliográfica. Essa abundante bibliografia se deteve fortemente como oriundo da população judaica,

² Mediante a teoria evidenciada acerca do testemunho, enfatizamos que Seligmann-Silva trabalha Literatura de Testemunho como sendo uma face da literatura, não como gênero. Conforme transcrição: “ao invés de se falar em “literatura de Testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura – após duzentos anos de auto-referência – seja revista a partir dos questionamentos da sua relação e do seu compromisso com o “real” (Seligman-Silva, 2005, p. 15). Não obstante, consideramos que se torna necessário uma melhor definição pelos demais pesquisadores em virtude da farta produção sobre o tema, haja vista não fora aprofundada pelo autor supracitado a distinção entre gênero e face dessa seara literária nos seus textos subsequentes. Salientamos, ainda, que alguns autores quando definem como “gênero” a Literatura de Testemunho explicitam com aspas, justamente para caracterizar a sua formação, distinção, características e genealogia. Para maiores estudos e apropriações teóricas, indicamos os seguintes textos: 1) *Literatura de Testemunho e Violência de Estado* (De Marco, 2004); 2) *O que é Literatura de Testemunho?* (Salgueiro, 2012).

recebendo a nomeação de *Shoah*³, que visava relatar em forma de livro as memórias dos judeus que sobreviveram as agruras vivenciadas no período nazifascista.

Na América Latina, a Literatura de Testemunho ganha impulso a partir da década de 1960, especialmente sob a influência do prêmio *Casa de las Américas*, instituído em Cuba, que passou a reconhecer produções literárias latino-americanas ancoradas na memória e no testemunho. As diretrizes do júri privilegiavam obras comprometidas com uma leitura crítica da história, voltada para narrar os acontecimentos a contrapelo, evidenciando sujeitos históricos engajados nas lutas contra diferentes formas de opressão. Nesse horizonte, buscava-se conferir visibilidade às trajetórias de resistência e às biografias de personagens historicamente subalternizados, frequentemente silenciados pelas narrativas hegemônicas (Figueiredo, 2020).

De modo a evidenciar distinções entre *Shoah* e *Testimonio*, a primeira é marcada entre a história, a memória e um viés extremamente psicologizado, procurando abordar as elaborações construídos como reflexos do evento traumático (Fernandes, 2008). Quanto à segunda, produção egressa da América Latina, que institucionalizou o gênero sob a rubrica de *Testimonio*, prima pelas convergências entre política, memória e a figura de personagens exemplares, de acordo com o cânone vislumbrado pelo prêmio cubano a fim de servir como guia para a luta da libertação dos povos.

Ao longo das décadas, o júri *Casa de las Américas* e a crítica especializada dividiram o segmento do *Testimonio* em duas ramificações: 1) numa vertente, livros escritos por um mediador erudito sobre a história de vida de personagens de comunidades tradicionais, sobretudo nos anos 80, tornando paradigmático às discussões travadas *a posteriori* em face das limitações e preconceitos gerados, em face das críticas a esses autores pelo fato de apresentar essas comunidades como incapazes de gerir e escrever a sua própria história⁴; 2) em outra vertente, situam-se os testemunhos de sujeitos que

³ De acordo os autores que trabalham sobre os conceitos, atribuem a denominação de *Shoah*, segundo a acepção judaica, como o evento da II Guerra Mundial promovido pelo nazifascismo que levou milhares de judeus à morte nos campos de concentração. A partir do estudo sobre o tema, alguns autores adotam diferentes nomenclaturas especificamente para discorrer sobre os testemunhos, por exemplo, sendo usada a expressão em alemão *Zeugnis* por Marcio Seligman-Silva em diversos textos, que significa literalmente testemunho. Corroborando, Fernandes (2008, p. 12), informa que “a partir do documentário *Shoah*, essa palavra, que significa “catástrofe” em hebraico, passou a ser adotada pela maioria dos intelectuais que comentam o evento, particularmente os franceses”.

⁴ Há muitas discussões sobre as polêmicas acerca do mediador erudito como modelo e artifice de escrita desse segmento do *Testimonio* consagrado nos anos 1980 e 1990, precisamente em virtude dos pesquisadores com verniz eurocêntricos e norte-cêntricos que talharam esse padrão. Porém, nas últimas décadas tornaram-se objeto de crítica, especialmente em face dos diálogos Decoloniais e demais aportes teóricos e metodológicos. Para maiores discussões sobre esse período e modelo sugerimos a leitura do

narram suas trajetórias particulares e as agruras vivenciadas nas lutas contra as ditaduras que marcaram a América Latina. Tais narrativas frequentemente descrevem episódios de enfrentamento, prisão e tortura, além dos difíceis processos de reinserção na vida civil após o período de encarceramento e violência nos aparelhos repressivos dos regimes autoritários.

Consideremos, portanto, essa última vertente como uma das faces mais contundente dessa bibliografia e que faz jus ao perfil mais apurado de Literatura de Testemunho Latino-Americano que se convencionou chamar de *Testimonio*. Essa produção também é extremamente farta, como era de se esperar, uma vez que o continente americano foi, a partir da segunda metade do século XX, palco de inúmeros golpes de Estado e de sanguinárias ditaduras militares que devastaram de modo genocida parcelas da população. Destacamos como exemplo dessa produção o *boom* bibliográfico ocorrido na Argentina, pontualmente a partir do fim do regime militar e com o advento da Comissão da Verdade erigida em 1985. Do mesmo modo, destacamos a importância dos Tribunais argentinos que ousaram prender e colocar os generais ditadores em regime de prisão perpétua, criando uma nova avalanche de testemunho, a exemplo do que ocorrera no após a II Guerra Mundial (Sarlo, 2007).

No caso brasileiro, parte da produção bibliográfica acerca da ditadura civil-militar (1964-1985) também pode ser situada no campo do *Testimonio*, dialogando com as discussões e modelos estético-políticos difundidos pelo prêmio *Casa de las Américas*. Todavia, quando comparada à produção dos países hispano-americanos do Cone Sul, essa tradição desenvolveu-se de modo mais tardio e gradual, uma vez que nesses contextos as reflexões sobre memória, testemunho e violência de Estado já se encontravam mais consolidadas desde a década de 1980. Enfatizamos que há algumas evidências para o atraso do Brasil nesse campo, quais sejam: 1) o longuíssimo percurso da ditadura civil-militar brasileira que perdurou por 21 anos, fragilizando as discussões e atrasando os processos legais pelo fato que nunca houve uma Justiça de Transição no Brasil⁵, assim

seguinte trabalho: DUTILLEUX, Christian Marie Victor Simon. *Passagens de testemunhos na América Latina (Che Guevara, Rigoberta Menchú e Nunca Más)*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

⁵ Sobre Justiça de Transição: “Processo de Justiça de transição após experiências autoritárias compõe-se de pelo menos quatro dimensões fundamentais: (i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e a construção da memória. (iii) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei e (iv) a reforma das instituições perpetradas de violência contra os direitos humanos (ABRÃO; TORELY, 2011, p 215)”.

como 2) pelos acordos pactuados em virtude da autoanistia⁶ imposta pelos militares. Por fim, somente ocorreu a criação, muito tardiamente, da 3) Comissão Nacional da Verdade em 2011 (Brasil, 2011), momento que a sociedade civil pode vir a público denunciar o que vivera durante o período ditatorial, mas sem colocar no banco dos réus o aparato repressivo pelos crimes de lesa-humanidade.

Não obstante os atrasos, ao longo do percurso, entre os primeiros ventos liberalizantes do regime e a explosão bibliográfica que se seguiu ao longo dos anos 2000 no percurso da Comissão Nacional da Verdade (Figueiredo, 2024b), houve uma profusão de livros sobre o período ditatorial, de modo mitigado no início, onde os personagens buscavam contar a sua versão da história (Figueiredo, 2022). De acordo com o estudo, são livros permeados por dores, sofrimentos, sentimento de revolta em face de toda a animalização sofrida no cárcere por um regime que os martirizou. Conforme descrição dos livros que compõem o repertório bibliográfico:

Outro modo literário de reagir à brutalidade de nossa história política da década de 1970 é constituído pelo que poderíamos chamar de romance da “geração de repressão” (conforme sugestão de A. Candido), composto por obras de ex-militantes revolucionários que, após serem presos e torturados, resolvem relatar suas experiências, constituindo assim uma verdadeira literatura de testemunho: dentre essas, merecem destaque *Em câmera lenta*, de R. Tapajós (1977), e *O que é isso companheiro?*, de F. Gabeira (...) estes dois testemunham experiências traumáticas verificadas na luta revolucionária e, em especial, nas prisões organizadas pela repressão política do Estado militar (Franco, 2003, p. 360).

Consideramos como paradigmático a obra da trilogia de Fernando Gabeira (Figueiredo, 2024a), que procurou evidenciar a sua participação na guerrilha, posteriormente, o exílio e, por fim, o retorno ao Brasil depois de ser um apátrida. Com o advento das vendagens e da explosão do gênero nos anos 1980, outros livros surgiram na mesma esteira, trilhando modelo similar e o perfil da escrita de Gabeira com uma forte linguagem coloquial falando do passado e do presente. Diferentemente das obras vinculadas à *Shoah*, nas quais o trauma tende a ocupar posição central na construção narrativa, a primeira fase de difusão dos livros de testemunho na América Latina não

⁶ Para delineamento histórico, considera-se a Anistia política erigida durante a ditadura civil-militar como uma autoanistia, uma vez que beneficiou a todos os membros da corporação militar com um retorno seguro para a caserna isentos de penalidades pelos seus crimes de lesa-humanidade, sendo que manteve no exílio e nas prisões inúmeros presos políticos (Share; Mainwaring, 1986).

enfatizava o passado traumático como eixo estruturante do relato. Predominava, antes, a figura do militante que resistira às forças opressoras e que, mesmo após a repressão, permanecia disposto a dar continuidade à luta política no contexto de abertura e redemocratização. Tal configuração narrativa alinhava-se, em grande medida, ao cânone do *Testimonio*, que privilegiava a dimensão exemplar da resistência e o horizonte coletivo de transformação social.

Registramos que esses livros também serviam como porta-vozes contra o arbítrio ditatorial em seu crepúsculo, pois tensionava e denunciava, bem como traziam para o campo da memória os personagens que lutaram e tombaram, numa espécie de *memória obrigada* (Ricoeur, 2007), em que os que sobreviveram cumprem o dever moral de saldar seus companheiros que não possuem mais a materialidade da fala por ter fenecido durante a luta. Ou seja, através dos livros do testemunho quem sobreviveu homenageia e torna-se o *testis* (testemunho) da memória dos seus companheiros (Sarmiento-Pantoja, 2019).

Em síntese, podemos afirmar que uma produção inicialmente tímida, surgida no final da década de 1970 ainda sob a repressão do regime militar, consolidou-se gradualmente nas décadas seguintes. Com o avanço do processo de abertura política e a ampliação dos debates sobre memória e violência de Estado, essas narrativas passaram a ocupar lugar relevante no campo dos estudos do testemunho, configurando uma vertente específica que pode ser compreendida como uma Literatura de Testemunho à brasileira. Com vista a ampliar a caracterização e dialogar com os nossos congêneres do *Testimonio* latino-americano, sem abrir mão dos 12 traços evocados por Salgueiro, podemos enfatizar que a Literatura de Testemunho à brasileira se dedica com muito vigor para as discussões sobre o período da ditadura civil-militar ocorrido no país e com fortes traços memorialista acerca da clandestinidade, prisão, tortura e desaparecidos políticos, embora destacamos que não é o único evento histórico delimitador das obras, a exemplo do *Shoah* que é materializado exclusivamente pelo infortúnio do período nazifascista.

Isso posto, podemos enfatizar que a ditadura civil-militar seria o pano de fundo mais nítido, como se fosse o coração pulsante dessa Literatura de Testemunho à brasileira, sendo transplantada para as páginas dos livros as vivências dos autores. Ainda, outro fator que nos diferencia dos nossos congêneres do *Testimonio*, fora os percalços imposto pela lacuna da Justiça Transicional, pois criara barreiras para a emergência do gênero no Brasil, inibindo o seu fomento. Entretanto, buscando furar o bloqueio, o repertório bibliográfico foi sendo construído de modo parcimonioso, precisamente, visando romper

com a verdade oficial imposta pelo aparato repressivo. Márcio Seligmann-Silva no artigo *O Local do Testemunho* enfatiza o seguinte:

No caso da América Latina, existe uma vastíssima produção de cunho testemunhal. A esta produção somam-se os inúmeros testemunhos que estão sendo realizados já há alguns anos em tribunais. Mas este caminho testemunhal, que países como Argentina, Chile e Uruguai estão trilhando, é muito pouco compartilhado pelo Brasil” (Seligmann-Silva, 2010, p. 12).

Corroborando em partes com autor, evidenciamos que em face justamente dos percalços, criou-se um gênero, que podemos nominar como Literatura de Testemunho à brasileira, construído totalmente à revelia e sem apoio institucional, tampouco sem os grandes tribunais de testemunho de modo a proporcionar uma avalanche de depoimentos. Nesse sentido, demonstrando que fora um gênero literário com singularidades desde o seu nascedouro e com grande distinção do restante do continente americano, haja vista não contou com artefatos institucionais para a sua gestação, apenas constrangimentos e censuras. Mesmo com as barreiras, de modo surpreendente, foram catalogadas uma infinidade de livros que palmilham a seara da Literatura do Testemunho no Brasil, contrariando a expectativa do autor e demonstrando uma grande materialidade das obras em curso (Souza, 2023). Fechando a análise, igualmente, precisamos contextualizar o tempo histórico da afirmação Seligmann-Silva, uma vez que escrevera antes do CNV de 2011, ocorrendo, *a posteriori*, uma profusão de livros que venho na esteira das divulgações dos depoimentos, dando, por conseguinte, uma singela similaridade ao ocorrido na Argentina nos anos 1980 (Sarlo, 2007).

Portanto, buscando sintonizar com o nosso objeto a partir do marco teórico, os escritos sobre a Guerrilha do Araguaia estão inclusos com maestria nesse cenário da Literatura de Testemunho à brasileira, pois além de apresentar os seus personagens inseridos nos dramas da guerra, ainda trazem junto a ambiência do espaço e dos camponeses da região. No elenco desses livros, é fortemente evidenciado que a ação repressiva desferida não foi somente contra os militantes comunistas, igualmente como fora desfechada para toda a população camponesa do lócus espacial: sendo todos martirizados juntamente com os guerrilheiros (Figueiredo; Gomes, 2020).

2. Entre o tramado dos livros e a autópsia de um passado na Amazônia: contribuições a partir da Literatura de Testemunho à brasileira

A literatura sobre a ditadura se constrói a partir desse palimpsesto e cumpre o papel de suplemento aos arquivos que, ainda quando abertos para a população para consulta, são áridos e de difícil leitura. Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres. (Figueiredo, 2017, p. 29).

Conforme diálogos evidenciados, analisamos que a Literatura de Testemunho à brasileira nasce fecunda e herdeira do *Testimonio* como reflexo da transnacionalidade militante dos seus autores e das trocas culturais fomentadas na seara latino-americana; porém, reiteramos que se consolida como uma variante específica em face da sua gênese nacional e da pulsão latente emanada dos seguintes traços caracterizadores: 1) silenciamento do Estado de modo intencional; 2) uma memória militantes tardia e fragmentada como reflexo da repressão e do trauma; e, 3) literatura funcionando como contra-arquivo com vista a sustentar prova contra o aparato estatal antes e depois da transição para a democracia. Ou seja, nesses pontos supracitados, torna-se evidente a distinção do *Testimonio* canônico, sobretudo o germinado na década de 1980, uma vez que nesse período primava pelos seguintes pontos: 4) narrativas coletivas; 5) protagonismo popular (camponeses, indígenas); c) mediação intelectual; 6) literatura vinculada à revolução; e, 7) legitimação institucional (*Casa de las Américas*).

Nesse sentido, podemos atestar que a Literatura de Testemunho à brasileira não nasce da revolução, assim como nosso congêneres latino-americano, mas sim da cultura da derrota e da sobrevivência. Renato Franco (2003) no artigo *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70* vai tecendo um gradiente da gestação do gênero brasileiro, desde as primeiras obras com semblante testemunhal a romper com os liames ditatoriais até o final dos anos 70 com as primeiras produções com esse relevo de densidade, vindo, portanto, a delimitar o perfil literário. Para tanto, segundo o autor, vai demarcando desde reportagens denúncias até os primeiros livros que poderíamos denominar como incluso na teoria do testemunho. Entre esses livros que analisaríamos com esse viés e tempo histórico, verificamos que a Guerrilha do Araguaia já dava combustível bibliográfico na década de 1970 para essa seara, em virtude do livro-reportagem *Guerra de Guerrilhas no*

Brasil (Portela, 1980), que tratava-se do embate guerrilheiro e se encaixando nas análises geracionais proposta por Renato Franco.

Quanto ao nosso objeto de exame e os livros publicados sobre o embate guerrilheiro, registramos que a produção bibliográfica que trabalha acerca da Guerrilha do Araguaia foram se constituindo com muita parcimônia a partir dos anos 1970 (Portela 1980), ainda dentro do arbítrio do regime militar. Contudo, o repertório começou a ganhar corpo em meados dos anos 1980 e 1990, imprimindo densidade nos meios acadêmicos como produto de teses e dissertações nas últimas décadas do século XX. Mais adiante, ao longo dos anos 2000, outras produções emergem nos cenários com biografias e livros investigativos (Alves; Figueiredo, 2025), sobretudo como reflexo e discussões da Comissão Nacional da Verdade, igualmente, registramos que há uma série de livros em caráter ficcional, podendo ser enquadrados dentro do escopo do Teor Testemunhal⁷.

Portanto, enfatizamos que os livros que versam sobre a Guerrilha do Araguaia vieram a constituir-se como um repertório extremamente farto de produção bibliográfica na seara do testemunho, muitos dos quais poderíamos definir como inclusos da Literatura de Testemunho à brasileira, pois versam sobre todos os componentes listadas para o seu fomento.

Grifamos, ainda, que assim como o *Testimonio* possui segmentações internas, constatamos que no caso do Brasil também há ramificações, quais sejam: 1) uma *narrativa memorialista* que emerge dos militantes intelectualizados do meio urbano, fortemente vinculados a ex-guerrilheiros que tornaram-se jornalista e sabem manejar com maestria as mídias (Figueiredo, 2022); e, 2) a denúncia testemunhal egressa de *territórios periférico do Brasil profundo*, através de testemunho construído por sobreviventes e depoentes do universo rural, que escrevem de maneira tardia, a exemplo dos livros sobre a Guerrilha do Araguaia.

Nesse prisma, destacamos os livros memorialista sob a lavra de Wisnesky (2019) e Costa (2018), publicados mais de 40 anos após a eclosão do conflito, mas que almejam, de maneira tardia, o estatuto de verdade e contraprova do atestado oficial imposto pela

⁷ A fim de delimitar distinções com a Literatura de Testemunho, nas obras de Teor Testemunhal haveria um forte viés ficcional e uma maior fluidez para análise. Abílio Pacheco de Souza amplia o conceito enfatizando o seguinte: “O teor testemunhal é qualquer conteúdo presente na obra (seja nas artes visuais, seja na literatura) que possibilite a análise, leitura ou interpretação de relações díspares de poder (capitalista, patriarcal, de gênero...); leituras da história a contrapelo, contra oficial; violência física, psicológica ou simbólica; ou cuja interpretação se insira no amplo contexto de debate dos direitos humanos”. (Souza, 2024, p. 19).

ditadura. Igualmente, de acordo com a intencionalidade dos autores, as obras se prestam como documento contra a barbárie implementada durante os anos do martírio. Melhor dito, funcionam como uma guerra de memórias, 1) de um lado, a história oficial com todas as marcas do atraso infringidas; e, de outro lado, 2) as lembranças entremeadas de dor, rancor e de objeto de denúncia em virtude do descaso com a verdade, cobrando por meio da literatura a justiça possível.

Isso posto, a fim de adentrarmos na análise do corpus das obras dentro das discussões teóricas travadas, necessariamente, devemos conhecer os meandros do que foi o evento político divulgado nos livros. Quanto à Guerrilha do Araguaia, conforme já realçada na introdução, foi um embate extremamente dramático ocorrido no norte do Brasil, que redundou no conflito entre militantes do PCdoB e as Forças Armadas durante aproximadamente 3 anos. Realçamos, também, que os militantes comunistas já moravam há algum tempo junto à população local, de modo a construir bases políticas e adesão junto ao campesinato com vista a criar um ponto de insurreição contra a ditadura civil-militar brasileira.

Os livros dos autores dialogam com esse processo em curso, com um Brasil espremido entre um falso milagre econômico e uma população totalmente carentes no Brasil profundo. Do mesmo modo as obras buscam dar a sintonia de como o país vivia, imprimindo os contornos da asfixia que encontrava a população em face de um governo ditatorial que infringia severas sanções e os mais cruéis arbítrios por meio de medidas torcionárias.

Dialogando com os 12 traços do que seria uma Literatura de Testemunho, os autores evidenciam com grande relevo o traço 9, que seria *vínculo estreito com a história*. A partir das obras com *registro em primeira pessoa*, conforme delineado pelo traço 1, os depoimentos narrados se prestam como um artefato da verdade, em que os autores pretendiam por meio de sua lavra testemunhar acerca do que aconteceu com as suas vidas naquele período marcado pelo terror da ditadura. Da mesma maneira, tentando explicar como a sua geração optou pela luta armada como forma de buscar um outro caminho para o Brasil naquele período. Conforme excerto abaixo de Dagoberto Alves da Costa:

Há cerca de um ano eu cumpria meu papel de tarefeiro, quando Nelson me falou, de uma forma meio solene, que a direção havia avaliado muito bem a minha atuação nesse tempo. Eu era considerado um companheiro disciplinado e dedicado e, por isso, tinha sido escolhido

para ir para a guerrilha. Perguntou se eu estava disposto. A Guerrilha! A opção parecia natural para quem estava impregnado da teoria da luta armada como única solução para derrotar a ditadura. Era hora de passar da teoria para a prática. Respondi, então, que estava disposto (Costa, 2019, p. 49-50).

Quanto ao trecho salientado, destacamos o engajamento coletivo e geracional para uma luta coletiva em que acreditavam ser capaz de vencer o aparato da ditadura militar, portanto, seriam os autores fruto da denominado *Geração 68*⁸ que foram protagonistas das manifestações de protestos no mitificado ano 1968. Obviamente, nem todas as pessoas da mesma geração aderiram à luta armada, mas fatias expressivas da juventude mais intelectualizada e universitária tomaram parte do repertório de luta que se abria, mesmo com muita repressão, ousando ir contra o regime militar. O autor citado, de origem maranhense e jovem no período, fazia parte dessa fração da sociedade engajada na luta, que a partir dos embates do final dos anos 1960 foi se radicalizando politicamente, cada vez mais, até chegar na floresta amazônica numa luta contra o seu oponente político infinitamente superior.

O livro vai construindo o percurso desse engajamento na luta e a sua militância política, demonstrando ao longo do livro que, muitas vezes no calor das emoções, Costa ainda não conseguia medir as consequências que poderia acontecer em face da sua posição política tão radical; sendo que, depois de escolhido esse caminho, seria um ponto de não retorno, uma vez que iriam para uma área de guerra totalmente clandestina. No tocante a militância política, o livro destaca outros elementos que compunham a vida dos personagens que tomavam curso na luta: 1) se descolar da vida diária e do contato com outras pessoas próximas para não colocar em risco a sua integridade física, assim como dos seus familiares (clandestinidade); 2) viver como se fosse outra persona, como nome falso (codinome), outra moradia (denominada de aparelho); e, 3) manter os contatos somente com a organização política, com vista a evitar infiltração e brechas para ataque do inimigo.

A fim de compor essa nova vida, deveriam manter uma fachada legal falsa e com todos os componentes necessários para salvaguardar suas vidas da sanha do aparato

⁸ Considera-se *Geração 68*, os personagens que partilharam do mesmo *ethos* político do período, sendo pares recíprocos nos sucessivos eventos que marcaram o emblemático ano de 1968. Para melhor estudo, sugerimos: VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. 15.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

repressivo. Contudo, em face da clandestinidade extremada, o fato de viver como outra pessoa, muitas vezes poderia gerar contradições aos personagens, uma vez que poderiam ser pegos em desatenção e denunciarem a sua verdadeira identidade. No livro de João Carlos Wisnesky, na época um estudante de medicina que adere à luta armada, destacamos o relato de seu percurso até a área estratégica onde se estruturaria a Guerrilha do Araguaia, bem como o momento em que uma dirigente hierárquica do partido lhe atribui um novo nome, procedimento comum na clandestinidade militante. A narrativa também descreve o deslocamento até o local designado para sua permanência na selva amazônica, evidenciando os processos de adaptação e inserção no espaço que passaria a abrigar os núcleos da organização guerrilheira.

Sáímos e encontramos a Tia que, na sua faceta de madre superiora, nos aconselhou a ter cuidado com envolvimento em habituais, violentos e fatais acontecimentos, fruto da desilusão de uma população móvel de milhares de pessoas que passavam pela cidade indo em direção à esperança de terra farta ou voltando do desespero do falso sonho amazônico. Depois ela me rebatizou de Paulo e ao bom companheiro de viagem de João (Wisnesky, 2019, p. 37).

Fica, portanto, muito bem explícito nos livros essa motivação dos personagens em tentar modificar o mundo em que viviam e construir a História com “h” maiúsculo, mesmo com todas as intempéries que poderiam passar em face das mutações impostas as suas vidas e tendo que viver uma nova experiência em rincões recônditos do Brasil.

Nessa empreitada, o PCdoB encaminhou para a região pouco mais de 60 militantes que se engajaram na luta a partir da militância política partidária, principalmente a *Geração 68*, vindo acreditar na transformação revolucionária por meio ações que seriam empreendidas nas florestas da região. Porém, os acontecimentos não ocorreram como desejavam os personagens, pois as Forças Armadas (FA) à espreita identificaram onde se encontrava as futuras bases guerrilheiras e desferiu uma grande ofensiva. O duelo de forças fora totalmente desproporcional, pois para combater um pequeno contingente foram encaminhados milhares de soldados, por conseguinte, desferindo uma feroz caçada aos militantes comunistas na região. De acordo com o estudo, no ano de 1972 as primeiras investidas ainda resultaram em poucas prisões de guerrilheiros, entretanto, após as FA desfeririam uma sentença final: prender todos,

torturar para extrair informações e, por fim, assassinar e desaparecer com os corpos para não ter vestígios.

Ou seja, o conflito armado não poderia servir de exemplo para o restante do Brasil, pois deveria ser exterminado na íntegra na própria região: longe das capitais. Assim sendo, com o final do conflito em 1975 e com o grande contingente dos guerrilheiros assassinados, haviam sobrevivido apenas poucos presos que foram capturados nas primeiras operações. Ainda, mais ínfimo, foram os guerrilheiros que conseguiram escapar com vidas do aparato repressivo e reconstruírem as suas vidas após o massacre realizado. Podemos enfatizar que fora vivenciado na região uma verdadeira autópsia do medo e deixando muitos traumas advindos como reflexo negativo do conflito.

Mediante o exposto nos livros dos autores e com os meandros da história, podemos dialogar e evidenciar que a Literatura de Testemunho à brasileira performa um conjunto de narrativas memorialísticas produzidas por sobreviventes da repressão política da ditadura civil-militar que, em virtude da ausência de justiça transicional no país, assumem simultaneamente funções literárias, documentais e éticas, constituindo-se como um contra-arquivo da violência de Estado e como espaço de elaboração tardia do trauma. Tais apontamentos podem ser verificados nas obras examinadas, assim como nos demais livros que se comprometem com o estatuto da verdade, da justiça e da memória, como ficou muito bem delimitado nas produções que seguiram ao longo do percurso formativo do gênero.

3. Das paredes da memória para a produção testemunhal: da sobrevivência ao mito do herói colocado em xeque

Para compor a análise dos livros, permeado por tantos traumas transcritos pelo personagem que sobreviveram, precisamos tecer também o diálogo das memórias individuais dos autores e ancorar, com vista a endossar com a memória coletiva elaborada do período, a despeito da história oficial falaciosa da ditadura civil-militar. Isso posto e procurando analisar com o olhar do presente, há muitos relatos sobre os acontecimentos daquele momento ditatorial, performando uma verdadeira *memória coletiva* de um grupo que lutou contra o aparato repressivo. Nesse prisma, torna-se pertinente dialogar com Maurice Halbwachs através do livro *A Memória Coletiva* (2006), em que o autor enfatiza que o feixe memorialístico funciona nos seguintes encaixes: 1) há uma *memória*

individual, que muitas vezes é falha e fugidia, mas que precisa ser tecida para ter robustez em conjunto com 2) uma *memória coletiva*, de modo que o grupo geracional endosse as lembranças do vivido. De acordo com o autor:

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembranças que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 2006, p. 39).

Reportando aos livros analisados em consonância com a teoria esboçada, vemos que ambos convergem para o mesmo acontecimento, personagens e fatos históricos que os motivaram na militância política e no seu engajamento de luta. Do mesmo modo, segundo estudos que tratam sobre o tema, os relatos testemunhais precisam ter o crivo da verdade, o que Salgueiro (2012) denomina no seu traço número 2: *compromisso com a sinceridade do relato*. O personagem que presta o seu testemunho, quer seja em primeira pessoa na figura do *Superste* quer seja em nome de terceiro, na figura do *Testis* (Sarmiento-Pantoja, 2019), possui o dever inequívoco de prestar as informações necessárias sobre os eventos, situações e sujeitos que vivenciaram juntos os acontecimentos que estão testemunhando.

Nesse sentido, a Literatura de Testemunho possui com uma das suas características o tramado pela verdade e pela *busca de justiça* (traço número 3), haja vista todos os relatos prestados podem servir para elucidação de pontos obscuros que a “história oficial” não apresentou. Lembramos que no caso da ditadura civil-militar brasileira os arquivos secretos nunca foram disponibilizados ao público para consulta pelas Forças Armadas (Figueiredo, 2005). Tal empecilho, conseqüentemente, ocasionou que vítimas para requerer informações sobre mortos e desaparecidos políticos, necessariamente, tem de apresentar ônus de prova com vista a intimar o Estado ao acesso das informações requeridas (Figueiredo; Gomes, 2020). Logo, o repertório bibliográfico trabalhado por esses autores, igualmente, compõe elemento probatório para acionar o Estado na busca pela verdade, haja vista informa os nomes das vítimas, denuncia reiteradamente os torturadores e os crimes de lesa-humanidade e, por fim, cobra a localização de desaparecidos políticos.

Retomando a análise das obras em exame, observa-se que seus autores percorreram trajetórias distintas durante e após o contexto da Guerrilha do Araguaia,

embora compartilhem, em seus relatos, um compromisso evidente com a veracidade da experiência narrada e com a demanda por justiça que atravessa o momento da escrita. No caso de Dagoberto Alves da Costa, sua permanência na guerrilha foi breve, uma vez que chegou à região quando o conflito já se encontrava em curso, tendo recebido treinamento limitado em razão da intensificação repentina das ações militares. Após os primeiros confrontos, foi capturado pelas forças repressivas e submetido às condições típicas da prisão política, incluindo episódios de tortura sistemática. Conforme relato no livro, descreve em pormenores o traço 10 (Salgueiro, 2012) acerca do *sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofrida*. Mesmo com todos os infortúnios, em face de contatos familiares, consegue sobreviver, sendo solto em 1974, mas com uma sentença de morte:

Nos começos de 1974 um oficial me mostrou uma foto cheia de cruzinhas sobre o retrato de vários companheiros. Não me pediu para identificar ninguém, dessa vez. Apenas falou, sem esconder o regozijo: “tá aqui, tá vendo? acabou!” Eis que, numa manhã ensolarada de março de 1974 fui levado de volta para uma cela individual – o que me deixou bastante apreensivo. Porém, logo após o desjejum, me chamaram para uma sala e um oficial me comunicou sem maiores preâmbulos: “vc vai ser solto” (...) – Juízo em rapaz, não se meta mais com esses subversivos. Grave bem: você não terá uma segunda chance. Se for preso de novo, está morto (Costa, 2018, p. 75-76).

De acordo com o estudo, os presos políticos capturados na primeira fase das operações na Guerrilha do Araguaia ficaram como clandestinos à mercê do aparelho repressivo e não foram julgados, apenas foram condenados os que já tinham processos em curso arrolando na justiça sentenciado pela ditadura. Segundo as fontes, o Araguaia não poderia ter presos e tampouco existir, ou seja, os que foram julgados foram por ações anteriores do evento guerrilheiro. Na mesma esteira, após o massacre final, o serviço das Forças Armadas organizou o que denominaram como *Operação Limpeza*, a guerrilha definitivamente deveria ser aniquilada em toda a sua materialidade, sobrando para a região um rastro de dor e medo (Figueiredo; Gomes, 2020).

A partir dessas considerações, buscando extrair um refino do estudo para compor o repertório do testemunho, percebemos que a Literatura de Testemunho à brasileira não se organiza em torno da figura do herói revolucionário, como no *Testimonio* latino-americano, mas sim em torno da figura do sobrevivente que escreve contra o esquecimento. Melhor dito, sua escrita surge para romper com a memória oficial estatal

de modo que seus fatos sejam revelados, mesmo que a sua posição não seja, realmente, de um herói, mas sim de uma pessoa que foi derrotada politicamente naquele período. Contudo, no tempo presente, reivindica o seu lugar na história e transforma a sua memória militante numa arma política na busca pela verdade e pela justiça.

Não obstante a tentativa de história oficial erigida pela ditadura civil-militar, o trauma já encontra-se incrustado em todos que sofreram com os abusos da repressão, precisando, portanto, ser expelido no plano individual e coletivo num horizonte futuro. Na região do Araguaia, como era de se esperar, tanto para os guerrilheiros sobreviventes quanto para os camponeses houve um sentimento de revolta com a pressão exercida pelo aparelho repressivo, haja vista as vítimas não concordavam com todo sofrimento vivenciado em virtude da aniquilação desferida. Porém, precisaram se calar naquele momento, a fim de salvaguardar as suas vidas da sanha da corporação militar, esperando um porvir para que pudessem reverberar e relatar o sofrido.

Nesse sentido, podemos dialogar com Michael Pollak (1989), em *Memória, esquecimento e silêncio*, ao afirmar que determinados silêncios não representam necessariamente ausência de memória, mas podem constituir estratégias temporárias de sobrevivência ou de proteção. Assim, certos acontecimentos permanecem silenciados por um período, aguardando contextos históricos e sociais mais favoráveis para que possam ser enunciados e reconhecidos publicamente como verdade. Conforme podemos observar na confecção tardia dos livros sobre o massacre do Araguaia, assim como outros livros da Literatura de Testemunho à brasileira, em que a escrita dos autores somente fora processada com o aplainar do tempo transcorrido e, conforme as circunstâncias, para que os próprios escritores tivessem segurança emocional para relatar o vivido sem sofrerem coações e ameaças, sobretudo advindas das feridas do passado, mesmo que já tivessem sido parcialmente e minimamente cicatrizadas.

Essa avalanche da memória traumática e a necessidade de contar a verdade a partir da sua história pessoal demonstra, inequivocamente, que a Literatura de Testemunho à brasileira se ancora, também, com a teoria do Pacto Autobiográfico sob a lavra Philippe Lejeune (2008). Segundo o autor, o Pacto Autobiográfico é o contrato declarado de veracidade entre o autor e leitor, em que, na medida do possível, quem escreve se compromete a narrar a própria história e declara a sua identidade ao público leitor. Nesse percurso, ao descrever sobre as suas vidas, as obras ganham *status* de resistência por

atestar os seus dramas sofridos, dando as condicionantes da verdade dos fatos vivenciados.

Construindo esse percurso de compromisso com a verdade e a história, João Carlos Wisnesky no seu livro demonstra os caminhos trilhados após o seu desengajamento com a Guerrilha. Diferentemente da figura épica do herói que luta até o fim e procura vencer destemido a exemplo do *Testimonio* canônico, Wisnesky não titubeia em assumir ao longo do livro que começou a se desencantar com os caminhos da Guerrilha, igualmente, colocando à prova o sucesso da empreitada política tão logo chega na área estratégica do conflito. A partir desse processo de desilusão com o cenário de guerra, ao longo do livro, mostra os caminhos do que seria uma deserção da luta e da sua longa partida para o retorno da vida legal. De acordo com o relato do livro, demonstra o complicado percurso que precisou para furar o cerco dos militares e conseguir abrigo na casa de moradores locais da região, a fim de seguir sua fuga rumo ao Rio de Janeiro:

Eles me indicam uma cacimba e aproveito ao máximo o banho de cuia. Montam uma rede no alpendre e começamos a conversar enquanto como macaxeira com café. Durante a prosa adquiro grande confiança no dono da casa. Decido que o melhor era contar a verdade, afinal, já saíra da área de cerco e não queria ser confundido com o um bandido comum e talvez denunciado por tão hospitaleiras pessoas. Conto-lhe que saí da área de conflito e quero seguir em frente, Ele tem conhecimento do assunto. Solidariza-se comigo (Wisnesky, 2019, p. 127)

Wisnesky (2019) e Costa (2018) saíram da guerrilha por caminhos diferenciados, o primeiro pelo que poderia ser denominado como deserção da luta e o segundo por prisão, entretanto, nas páginas dos livros, ambos se encontram no final com o mesmo caminho: o desengajamento e a desilusão armada. Para Costa, podemos dizer que o caminho fora mais sofrido, pois trilhou as faces sombrias da prisão e da tortura, no final, segundo o autor após a saída da cadeia, sentiu-se totalmente desassistido pelo partido e não conseguiu conversar com seus ex companheiros para tentar fazer um balanço político do que tinha acontecido em sua vida e elaborar psicologicamente o trauma. Sobrou para Costa muitas lacunas e a sensação que não conseguia explorar o tema, sobretudo, em razão das dores vividas e da ausência com quem expressar o seu passado com vista a construir um novo futuro para si.

Porém, mesmo tentando ocultar nas paredes da memória seu passado traumático, foi revelado publicamente a sua identidade biográfica como ex-guerrilheiro em 1996, mais de 20 anos depois. A revelação da sua identidade ocorreu quando um jornal publicou reportagem sobre a Guerrilha do Araguaia e continha uma foto sua no momento da prisão, sendo imediatamente reconhecido por amigos na década de 1990 - totalmente fora da sua intencionalidade e da sua “nova” identidade que ele construía para si e para o seu entorno: como se nunca tinha sido guerrilheiro. Ou seja, tivera que sair, mais uma vez, da clandestinidade do seu passado sofrido e revelar a todos o que almejava à força esquecer.

Fechando a análises empreendidas, constatamos que os livros trabalhados servem como *cases* exemplares dessa Literatura de Testemunho à brasileira, podendo ser incluídos na obras da 3^o Geração, bebendo na fonte de Renato Franco (2003), dividimos nos seguintes momentos geracionais: 1^o Geração - egressa diretamente da clandestinidade (1970-1985) e surgindo do “calor das horas” sob ditadura e da tortura; 2^a Geração - Memorialística (1985-2010), ex-militantes narram suas trajetórias numa verdadeira avalanche com vista a cobrar uma justiça de transição possível; e, 3^a Geração - Verdade Tardia (2011-), influência da Comissão Nacional da Verdade e explosão editorial que se seguiu, juntamente com a miríade de outras obras como filmes, documentários e demais produções ficcionais da categoria do Teor Testemunhal. Ainda, a fim de buscar extrair distinções pontuais com o cenário e produção latino-americano sobre o tema, podemos pensar no seguinte quadro comparativo:

Aspecto	<i>Testimonio</i> latino-americano	Testemunho à brasileira
Origem	Revoluções e lutas populares	Ditadura civil-militar
Sujeito narrador	Coletivo/popular/herói	Militante sobrevivente Desengajamento e desilusão
Mediação	Intelectual mediador e Autobiográfico direto	Autobiográfico direto
Institucionalização	Casa de las Américas e Comissões da Verdade Tribunais de Justiça de Transição	Ausência institucional
Função	Mobilização política	Memória e denúncia
Tom narrativo	Épico	reflexivo/ desencantado/ coloquial

Em síntese, ainda sem pretender estabelecer um ponto final, uma vez que a teoria do testemunho permanece em processo de amadurecimento crítico e demanda novos diálogos, constatamos que a Literatura de Testemunho à brasileira apresenta diversos pontos de contato com a tradição latino-americana, configurando-se, em grande medida, como herdeira direta desse cenário histórico, político e estético. Porém, conforme demonstrado no quadro acima, observamos que essa tradição passou por acomodações e ressignificações a partir da própria realidade política brasileira, uma vez que se trata de uma literatura que germina como resposta aos traumas históricos produzidos pelo período ditatorial. Nesse entrelaçamento entre literatura, política e memória, verificamos que as obras analisadas se revelam particularmente preciosas para o estudo do gênero, pois oferecem bases interpretativas relevante para o refinamento do debate teórico, ao mesmo tempo em que ampliam o campo de investigação e suscitam novas questões para o desenvolvimento da teoria do testemunho no contexto brasileiro.

Considerações finais e outros caminhos

Os clandestinos que sobreviveram, no mesmo silêncio com que se tornaram clandestinos, saíram da clandestinidade. Não houve cerimônias para recebê-los e nem comemorações para reintegrá-los. Cada um foi chegando devagar, fazendo-se reconhecer. Muitos estão entre nós. São resistentes que agora podem falar publicamente sobre si, prestam seu testemunho. Escrevem, contam memórias, fazem filmes e constroem obras de arte. (Arantes, 1996, p. 8).

Desse modo, as palavras de Arantes evidenciam que o testemunho dos sobreviventes não se encerra no passado, mas continua a se desdobrar em diferentes formas de expressão, tornando-se matéria fundamental para a literatura, para a memória coletiva e para a reflexão crítica sobre o período ditatorial. Assim ao examinarmos, os livros de Wisnesky (2019) e Costa (2018), conforme objetivado ao longo do texto, verificamos que as suas escritas possuem muitas camadas de análises e se prestando com maestria dentre os escritos da Literatura de Testemunho à brasileira.

Conforme exposto, há o pano de fundo histórico de uma ditadura civil-militar que precisava, naquele momento, ser combatida pelos personagens na sua luta contra o inimigo que julgavam vencer. Igualmente, apresenta o repertório no enredo dos condicionantes que perfazem essa literatura, quais sejam: 1) a figura do “herói” e as suas metamorfoses de acordo com a fase da luta, do engajamento até a desilusão armada; 2) a

militância política e todos os momentos que integram esse percurso durante a ditadura com resistência, clandestinidade, prisão, a tortura e retorno à vida legal após encarceramento.

Para além das questões travadas de fundamental importância dessa temática herdeira direta do *Testimonio* latino-americano, verificamos que há distinções a partir do ponto de herança, assim como bifurcações dentro da própria Literatura de Testemunho à brasileira em face das suas múltiplas regionalidades. A partir desses apontamentos, podemos deixar pistas para pesquisas futuras que ainda podem ser melhor trabalhadas em novos estudos: 1) o caminho tardio da Justiça de Transição no Brasil e o impacto da produção bibliográfica para com o gênero trabalhado, do mesmo modo, 2) como esse percurso tardio, evidenciado pelo descaso do aparato de Justiça de Transição, legou uma literatura permeada por rancor, mágoas e sentimento de revolta com vista a fazer justiça pelas páginas do livro, de modo a contar a verdadeira história por meio do pacto autobiográfico dos autores. Igualmente, 3) como construir diálogos sobre o testemunho com populações tradicionais em rincões do Brasil profundo, sem que haja a necessidade de mediador erudito, a exemplo do que ocorrera na América Central e fora tão criticada ao longo dos anos.

No tocante ao último apontamento, não foi esboçado pelos livros examinados (Costa, 2018; Wisnesky, 2019), mas os autores ao materializarem a figura de porta-vozes do cenário amazônico e das lutas da região, com certeza, estimulam para quem lê o indicativo de novas investigações sobre os testemunhos sob a lavra dos próprios camponeses na figura do *Superste* (1º pessoa), a fim que possam narrar os seus próprios traumas advindos do cenário de guerra. Tais indicativos revelam-se particularmente deveras pertinentes, pois trazem à tona as experiências de sujeitos que vivenciaram diretamente o cenário da guerrilha e foram, sem escolha, atingidos pela complexidade do conflito. Não se tratava de militantes nem de integrantes das Forças Armadas, mas de indivíduos comuns que se tornaram, pela própria contingência histórica, testemunhas vivas daquele período e sobreviventes de uma experiência marcada pela violência e pelo trauma.

Concluindo, ainda, realçamos a importância sobre os apontamentos acerca dos conceitos de militância política, engajamento e desengajamento no âmbito dos livros, construindo novos focos de estudo para o escopo da Literatura de Testemunho à brasileira. Pois, se o *Testimonio* descortina e edifica a figura do herói em suas páginas de

livros, no caso do Brasil, como podemos descrever aqueles personagens que abandonaram a luta por motivos diversos? Assim como pode ser elaborado o desengajamento mobilizado pelo trauma de ter vivido situação de guerra e tortura? Em síntese, são questões que não se esgotam na análise dessas obras, mas abrem frestas fecundas para novos estudos de modo a consolidar o exame do gênero da Literatura de Testemunho à brasileira e construir pontes com estudos mais aprofundados em conjunto com os nossos congêneres latino-americanos.

Referências

- ABRÃO, P.; TORELLY, M. D. As dimensões da Justiça de transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e justiça. In.: *A Anistia na Era da Responsabilização*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- ALVES, J. P. C; FIGUEIREDO, C. A. S. A Guerrilha do Araguaia: recepção crítica num percurso histórico. *Revista Querubim* (online), v. 3, p. 47-54, 2025.
- ARANTES, M. A. de A. C.. Clandestinidade política: impasses. Meu nome é Ninguém. Departamento de Psicanálise. *Instituto Sede sapiens*: São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/Clandestinidade%20pol%C3%ADtica.pdf> Acesso em: 08 mar. 2026.
- BRASIL. *Lei nº 12.528*, de 18 de novembro de 2011. Institui a Comissão Nacional da Verdade, dispõe sobre a política nacional de reconhecimento e reparação às vítimas de graves violações de direitos humanos e sobre a apuração das circunstâncias dos fatos e responsabilidades, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm>. Acesso em: 05 set. 2024.
- COSTA, D. A da. *Memórias do Araguaia*: depoimento de um ex-guerrilheiro. Santo Amaro: Cepe Editora, 2018.
- CRU, J. N. *Témoins*: Essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français de 1915 à 1928. Paris: Les Étoiles, 1929.
- DE MARCO, V. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*. Nº 62, p. 45-68, 2004.
- DUTILLEUX, C. M. V. S. *Passagens de testemunhos na América Latina (Che Guevara, Rigoberta Menchú e Nunca Más)*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011
- FERNANDES, F. F. *A escrita da dor*: testemunhos da ditadura militar. Tese de doutorado em Teoria e História Literária. UNICAM. 2008.
- FIGUEIREDO, C. A. S. Literatura do testemunho: a literatura da era das catástrofes. *Revista EntreLetras* (Araguaína), v. 11, n. 1, p. 90–103, jan./abr. 2020.

- FIGUEIREDO, C. A. S. As marcas da resistência na Literatura de Testemunho em Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis. *Literatura e Autoritarismo* (UFSM), v. 1, p. 5-16, 2022.
- FIGUEIREDO, C. A. S. A trilogia da ditadura na obra de Fernando Gabeira: Memória, Trauma e reflexões acerca do exílio. *Literatura e autoritarismo* (UFSM), v. 43, p. 1-19, 2024a.
- FIGUEIREDO, C. A. S. A Guerrilha do Araguaia após o conflito: relatos, testemunhos e memória. In: César Alessandro Sagrillo Figueiredo; Abílio Pacheco de Souza; Helena Bonito Couto Pereira. (Org.). *Escritas e escritos (im)pertinentes na Amazônia: estudos de literatura, resistência, testemunho e ensino*. 1ed. Rio Branco: Nepan Editora, 2024b.
- FIGUEIREDO, C. A. S.; GOMES, I. Camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia: os limites institucionais da comissão de anistia. *Sillogés*, v. v.3, p. 248-271, 2020.
- FIGUEIREDO, E. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- FIGUEIREDO, L. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005
- FRANCO, R. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: Seligmann-Silva, M. (Org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora UNICAMP, p. 355-374, 2003.
- GAXIE, D. Économie des partis et Rétributions du militantisme. In. *Revue Française de Science Politique*. Vol 27, nº 2, fev. 1977.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: O Breve século XX*. São Paulo: Cia da Letras, 2008.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Vol. 2. N.3. Rio de Janeiro. Vértice. p. 3-15, 1989.
- PORTELA, F. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1980
- RICOEUR, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 2007.
- SALGUEIRO, W. O que é Literatura de Testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e Andre du Rap). *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 19, n.31, p, 284-30, jul/dez, 2012.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARMENTO-PANTOJA, A. O testemunho em três vozes: testis, superstes e arbiter. *Literatura e Cinema de Resistência*, Santa Maria, N. 32: Manifestações estéticas, p. 5-18, jan-jun. 2019.
- SELLIGMANN-SILA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3–20, jan./jun. 2010.

SHARE, D. & MAINWARING, S. Transição pela transação: a democratização no Brasil e na Espanha. In.: *Revista Dados*. Rio de Janeiro. V. 29. N 2. 1986.

SOUZA, A. P. de. Testemunho, teor testemunhal e dispositivo na literatura brasileira 60-70. In: FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo; PEREIRA, Helena Bonito Couto (Org.). *Escritas e escritos (im)pertinentes na Amazônia: estudos de literatura, resistência, testemunho e ensino*. Rio Branco, Acre: Nepan, 2024, p. 17-30.

VENTURA, Z. *1968: o ano que não terminou*. 15.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WISNESKY, J. C. *Diário do Araguaia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2019